CLODOALDO PINTO — ESTRELA DE MUITO BRILHO QUE SE APAGA

Fernando Câmara

Na minha infância em Quixeramobim, um dos meus passatempos era ficar no Cartório de meu pai, onde me entretinha a escrever em uma velha máquina ou a folhear algumas revistas antigas ali existentes.

Era local para reunião das autoridades judiciárias do município, inclusive de advogados da Capital, ou das cidades vizinhas, que vinham tratar de interesses de seus clientes ou participar das audiências no foro da Comarca.

Com natural curiosidade infantil, muitas vezes presenciava as palestras, e foi em uma dessas reuniões que ouvi, pela primeira vez, um dos presentes declinar o nome de Clodoaldo Pinto, considerando a maior autoridade cearense em Direito Penal e um dos insignes juristas do Brasil.

Os presentes concordaram com estas afirmativas, e os elogios prosseguiram, cada um exaltando a figura do nosso saudoso consócio.

Meu interesse pela conversa despertou, quando tomei conhecimento de que Clodoaldo Pinto era conterrâneo nosso, nascido em Belém do Machado (hoje município de Itatira), que naquela oportunidade integrava Quixeramobim como um dos seus distritos.

Embora não o conhecesse, passei a admirá-lo e acompanhar com atenção a sua brilhante trajetória na vida pública cearense.

Alguns anos depois, em 1945, quando Beni Carvalho ocupou a Interventoria Federal, Clodoaldo era escolhido para a mais alta Corte da Justiça Cearense, como um dos seus desembargadores, não aceitando porém a indicação.

Fiquei estupefato ao tomar conhecimento dessa renúncia, e pensei comigo mesmo: este homem deve ser importante, pois nem sequer aceitou a indicação para desembargador! E dele fazia o juízo de homem sizudo e inacessível para muita gente!

Desconhecia eu que, naquela época, a Constituição de 1937 vedava acumular o desempenho do cargo de magistério com o de magistrado e Clodoaldo era Professor de Direito Penal em nossa Salamanca.

Os tempos se passaram, e da hinterlândia cearense vim para a Capital. Daqui, fui tentar a vida em Belém do Pará, sem ter o prazer de conhecer a ilustre figura do grande penalista.

Retornei ao Ceará, onde passei a trabalhar em Eliseu Batista S/A. Nas horas vagas, fui dedicando o meu tempo livre à pesquisa histórica e à genealogia cearense.

Meus primeiros trabalhos, como o "Álbum Genealógico das Famílias Saraiva Leão e Silva Câmara", ficaram restritos ao conhecimento de meus familiares e conhecidos.

Através do jornalista-escritor José Caminha de Alencar Araripe, meu amigo-irmão, passei a colaborar em *O Povo* e, depois, nos demais jornais cearenses.

Sem possuir curso superior, mas apenas o antigo ginasial e conhecimentos no campo da História, jamais tive idéia de um dia integrar o quadro social do Instituto do Ceará ou da Academia Brasileira de História.

Foi para mim momento de emoção e surpresa, ao mesmo tempo, quando recebi, há alguns anos, um telefonema do saudoso consócio Oswaldo Araújo, comunicando a minha eleição para a cadeira anteriormente ocupada pelo meu falecido irmão José Aurélio Câmara.

Aceitei esta escolha por duas razões, homenagem do Instituto do Ceará à memória de Aurélio Câmara, e a Quixeramobim, minha terra natal.

Este já dera sete filhos ilustres ao respeitável Sodalício: Antônio Bezerra (o Historiador), Álvaro Fernandes, Andrade Furtado, Ismael Pordeus, José Aurélio Câmara, Saraiva Leão e Clodoaldo Pinto.

Como primeira contribuição cultural, desejei prestar homenagem à minha terra natal, escrevendo o trabalho intitulado "A presença de Quixeramobim no Instituto do Ceará".

Já dispunha de anotações sobre quase todos os quixeramobienses eleitos para a Casa do Barão de Studart. Faltavam apenas os relativos a Clodoaldo Pinto. Eu não o conhecia

ainda pessoalmente, embora homem já citado no campo do Direito Penal, em obras de autores famosos, como Bento Farias e Nelson Hungria, e casado com uma parenta minha, D. Maria Nilda Saraiva Pinto.

Pensei em desistir do trabalho, pois ignorava como seria recebido por homem tão famoso como Clodoaldo, que fascinava os meios forenses de nossa Capital.

Conhecia Eneida, sua filha. Por seu intermédio, marcamos um encontro na residência do professor Clodoaldo Pinto que fora companheiro de meu pai no antigo colégio dos frades capuchinhos em Canindé.

O mestre me recebeu como se fora velho conhecido. Forneceu todos os dados necessários, ofertando, ainda, uma sua fotografia.

Era homem simples, como nunca imaginei, conversador e, dentro daquela modéstia, ninguém suporia que ali estava uma das figuras jurídicas mais respeitáveis do Brasil.

Como homenagem ao saudoso conterrâneo, leio agora a sua bibliografia, por ele mesmo escrita:

"Professor Clodoaldo Pinto

"Filho de Pedro Pinto de Mesquita e de D. Maria R. de Oliveira Pinto, nasceu a 27 de outubro de 1896, no então povoado de Belém da Serra do Machado, hoje Cidade de Itatira, sede do Município do mesmo nome.

"Perdeu o pai com pouco mais de quatro anos de idade. Fez seus estudos primários naquele povoado, com as professoras públicas — D. Belarmina Gomes Campos e D. Júlia Nogueira, e em Canindé — com as professoras públicas — D. Nerina e D. Griselídes Gondim. Viveu dois anos em Canindé (1908 e 1909). Seus estudos secundários foram feitos no Liceu (1910-1914), de onde passou, em 1915, para a Faculdade de Direito do Ceará em que se bacharelou, em dezembro de 1919.

"Antes de bacharelar-se, trabalhou na Imprensa, como redator do *Correio do Ceará*, então de propriedade do Sr. A. C. Mendes, e participou do Grêmio Lítero-Cívico Barão do Rio Branco e do Grêmio Literário Cearense.

"De 1920 em diante, foi Promotor de Justiça em Maranguape, Tauá e Fortaleza, além de Consultor Jurídico (na Caixa Ferroviária da Estrada de Ferro de Baturité e no Departamento dos Negócios Municipais), Assistente Técnico e Professor interino da Faculdade de Direito do Ceará.

"Quando Promotor de Justiça em Fortaleza, fez parte de diversas Comissões Gratuitas, nos Governos do Interventor Carneiro de Mendonça e do Presidente Francisco Menezes Pimentel.

"Em 1933, concorreu ao cargo de Juiz de Direito da 3.ª Vara de Fortaleza (então criada), juntamente com os Drs. Cursino Belém de Figueredo (então Juiz de Direito de Milagres) e Joaquim Alerhano Bandeira de Barros (então Juiz de Direito de Maranguape). Obteve o primeiro lugar, empatando com o Dr. Cursino, que foi o preferido para o cargo, por ser mais idoso e contar mais tempo de serviço público.

"Em 1939, submeteu-se a concurso para Catedrático da Primeira Cadeira de Direito Penal, na Faculdade de Direito, juntamente com o Dr. Lauro Nogueira, então Juiz Municipal de Fortaleza, obtendo o primeiro lugar, à unanimidade da Comissão Julgadora. Dedicou-se inteiramente ao Ensino Superior naquela Faculdade e à advocacia militante. Também, naquela Faculdade, lecionou em seu Curso de Doutorado, enquanto este ali existiu.

"Em dezembro de 1945, aumentado de sete para dez o número de componentes do Tribunal de Justiça, foi nomeado, na Interventoria de Beni Carvalho, para o cargo de desembargador pela classe de Advogados e pelo quinto constitucional de juristas estranho à Magistratura.

"Não podendo, entretanto, acumular — na vigência da Constituição Getuliana de 1937 — o exercício do Magistério com o da Magistratura, recusou a desembargatória, para continuar no Professorado Superior e na Advocacia.

"Desde 1966, foi Assessor Jurídico da Universidade Federal do Ceará.

"Em 1966, por limite de idade, aposentou-se no cargo de Professor Vitalício da Primeira Cadeira de Direito Penal, continuando, porém, naquela Assessoria Jurídica, de acordo com a permissão constitucional.

"Professor Emérito daquela Universidade, além de sócio efetivo do Instituto do Ceará e da Academia Cearense de Letras.

"A Ordem dos Advogados, Secção do Ceará, concedeu-lhe o título de Advogado-Padrão, como também aos Drs. Estêvam Mosca, Heribaldo Costa, Wagner Barreira e José Martins Rodrigues. Foi vice-presidente, em exercício, dessa secção da Ordem dos Advogados e, por isto, membro nato do seu Conselho Seccional.

"*Bibliografia do Professor Clodoaldo Pinto*

(livros e memoriais)

Livros:

Decadência em matéria penal — Ceará — Fortaleza — Agosto de 1934.
Inafiançabilidade em Direito Punitivo — Ceará — Fortaleza — Maio de 1935.
Quatro Estudos — Ceará — Fortaleza — Outubro de 1936.

Memoriais Forenses:

Reclamação anulatória contra a eleição última — Ceará — Fortaleza — Outubro de 1943.
O Caso Fidélis — Ceará — Fortaleza — Dezembro de 1945.
Legítima Defesa Autêntica — Ceará — Fortaleza — Setembro de 1947.
Um caso de álibi — Ceará — Fortaleza — 1952.
Absolvição sumária e impronúncia — Ceará — Fortaleza — 1953.
Absolvição preliminar — Ceará — Fortaleza — Junho de 1954.
O conflito de Alencar — Ceará — Fortaleza — Julho de 1957.
O crime de Itapajé e a recente sentença do Dr. Colombo Dantas Bacelar — Ceará — Fortaleza — 1959.
O caso Frias — Ceará — Fortaleza — Maio de 1963."

Como observamos nesta sua bibliografia, Clodoaldo teve logo, aos quatro anos de idade, grande provação: a morte do pai, quando ele mais precisava da assistência paterna.

Este triste evento não o desanimou, e foi através dos estudos que ele procurou enfrentar a adversidade, iniciando as primeiras letras com D. Belarmina Campos, que eu ainda conheci em Quixeramobim, genitora do saudoso bispo, Dom Francisco Hélio Campos.

Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, sua vida pública foi uma seqüência de vitórias, em brilhantes concursos, ou como grande jurista, ou como talentoso advogado ou, ainda, como mestre dos mais ilustrados.

Apesar de nosso conhecimento haver ocorrido, apenas, quando da minha investidura no Instituto do Ceará, dele recebi inúmeras provas de amizade e consideração.

Aqui esteve em minha posse, assim como na sessão em homenagem ao Cardeal Dom Aloísio Lorscheider, da qual fui o orador da solenidade. Também aqui se encontrou quando proferi palestra abordando o tema — O TRI-CENTENÁRIO DA DIOCESE DE PERNAMBUCO.

Era homem pobre, e quando indaguei em certa oportunidade por que declinara da desembargatória para ficar como professor da Faculdade de Direito, ele simplesmente respondeu: "A lei que comanda em minha casa é a panela; na época, um catedrático da Faculdade percebia mais que um desembargador, e eu, além de manter a família, precisava educá-la."

Clodoaldo Pinto não era egoísta de modo a se preocupar unicamente com os conhecimentos e sua vasta cultura.

Educou todos os filhos, hoje motivo de orgulho para a família. O mais velho, Coronel Ruperto Clodoaldo Pinto, já governou o Território Fernando Noronha e agora se encontra no Exterior, como adido militar em nossa Embaixada nos Estados Unidos. Outro, Dr. Evandro Pinto, seguindo a vocação paterna, é advogado, radicado em Brasília. Os demais: Clodoaldo Pinto Filho, Eneida Maria Pinto e Bastos, Elena Maria Pinto Sampaio e Nilda Maria Pinto Leorne, conquistaram títulos em nossa Universidade e venceram na vida pública.

Ao tomar conhecimento do seu inesperado falecimento, fui em companhia de Rafael Pordeus, Presidente da Colônia Quixeramobiense em Fortaleza, ao velório na Faculdade de Direito.

Ali estava Clodoaldo Pinto, com a fisionomia tranqüila e serena de homem que soube cumprir a sua missão aqui na terra.

Entre os presentes, o seu grande discípulo, ex-Senador Ernando Uchoa Lima, cuja amizade vinha desde os bancos da Faculdade de Direito, e não se estremeceu, nem mesmo quando, em tempos passados, ambos se defrontaram no "Caso Frias".

Hoje, Clodoaldo Pinto não pertence mais a este mundo menor. Ao prestar-lhe esta homenagem, faço-o não somente em nome do Instituto do Ceará, mas, igualmente, de Quixeramobim, nosso torrão natal, que se vangloria de tê-lo como um dos mais ilustres filhos.

Ao reverenciar a sua memória, tomo de empréstimo as palavras do jornalista Dorian Sampaio, ao divulgar, em sua coluna na *Tribuna do Ceará*, o infausto desaparecimento do inesquecível mestre: "Morte de Clodoaldo Pinto. Eis uma estrela de muito brilho que se apaga."